Singapura I: fundamentos e a abordagem da MAS

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Um jurista suíço ou alemão que abre pela primeira vez o Payment Services Act 2019 (PSA, a lei de serviços de pagamento) depara com um texto que parece familiar, mas funciona de outra maneira. As seções são numeradas, as definições vêm no início e o dever de licenciamento é enunciado em uma única frase. Sob essa superfície há uma ordem jurídica construída sobre bases inglesas, administrada por um único regulador com amplo mandato e interpretada por tribunais que raciocinam tanto a partir de precedentes quanto a partir do texto legal. Esta Parte explica essa ordem a leitores formados no direito continental, antes que as Partes seguintes tratem em detalhe do direito privado, da regulação, das normas de combate à lavagem de dinheiro, da tributação e da prática de enforcement de Singapura.

A Parte tem seis capítulos. O Capítulo I descreve a própria ordem jurídica: o modelo de Westminster, as fontes do direito, os tribunais, incluindo o Singapore International Commercial Court, a doutrina do precedente e a maneira como a Monetary Authority of Singapore (MAS) normatiza por meio de notices, guidelines e FAQs. O Capítulo II apresenta a MAS como banco central e regulador integrado, com o Financial Services and Markets Act 2022 como lei-quadro e as categorias de licença relevantes para ativos digitais. O Capítulo III reconstitui a evolução das

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

políticas de 2014 até a situação em 30 de junho de 2026. O Capítulo IV mapeia o ecossistema de licenciados, bancos, projetos de infraestrutura e family offices. O Capítulo V situa Singapura entre seus vizinhos e concorrentes, sobretudo Hong Kong. O Capítulo VI nomeia os atores com quem um cliente vai se deparar.

Leitores que chegam a Singapura vindos de Zug notarão a imagem espelhada da Parte C. Onde a Suíça regula por meio de uma lei federal, de uma portaria do Conselho Federal e de uma circular da FINMA, Singapura regula por meio de um Act, de Regulations editadas com base nele e de um notice ou guideline da MAS. Onde a Suíça reparte competências entre a Confederação e vinte e seis cantões, Singapura tem um único legislativo, uma única hierarquia judiciária e uma única autoridade tributária. Onde o Tribunal Federal suíço raciocina a partir da lei e da doutrina, o Court of Appeal de Singapura raciocina a partir da lei e dos casos anteriores, os seus próprios e os da Inglaterra, da Austrália e de Hong Kong. Cada diferença tem uma consequência prática para o cliente que decide onde se estabelecer. Esta Parte procura tornar essas consequências visíveis.

A Parte foi redigida com base na situação em 30 de junho de 2026. Nessa data, o regime para prestadores de serviços de tokens digitais (digital token service providers) previsto na Parte 9 do Financial Services and Markets Act 2022 estava em vigor havia um ano. As regras de acesso de consumidores aplicáveis aos prestadores de serviços de digital payment tokens (DPT, tokens de pagamento digital) produziam plenos efeitos havia doze meses, enquanto a implementação legislativa do marco de stablecoins de 2023 ainda estava em andamento.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.